

NORMALIZAÇÃO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: estudo comparativo entre a NOBRADE e a ODA

Eliandro dos Santos Costa¹
Telma Campanha de Carvalho Madio²
DuniaLlanesPadrón³

RESUMO:Essa pesquisa desenvolveu uma análise das normas de descrição arquivística NOBRADE⁴ e ODA⁵, respectivamente, brasileira e portuguesa, realizando um estudo comparativo entre as duas normas. Tratou-se de uma pesquisa aplicada que aproximou duas visões para abordar a prática de descrição arquivística, das quais observou-se que a norma portuguesa apresenta um maior número de informações, contribuindo para o arquivista melhor desempenhar seu papel na descrição dos acervos, incluso os elementos que constam na ODA e que são referentes a ISAAR-CPF, das quais ainda não foram incluídas na norma brasileira. Conclui-se que ainda há possibilidades de melhorias na NOBRADE, buscando melhor apresentar seu conteúdo e contemplar o maior número possível de elementos de estruturas já definidas no cenário internacional.

Palavras-chave: Normas de Descrição Arquivística. Normas Brasileira de Descrição Arquivística. Orientação para a Descrição Arquivística.

ARCHIVE DESCRIPTION STANDARDISATION: a comparative study between NOBRADE and ODA

ABSTRACT: This research developed an analysis of the archival description of standards NOBRADE and ODA, respectively, brazilian and portuguese. Treating in comparative study between the two standards. This was an applied research that came two visions to approach the practice of archival description, of which it was observed that the portuguese standard presents a greater number of information, contributing to the best archivist play its role in the description of archives, included the elements contained in ODA and are refer to ISAAR-CPF⁶, which were not included in the brazilian standard. It is concluded that there is still scope for improvement in NOBRADE, seeking to better present your content and contemplate the greatest possible number of structural elements already defined in the international scenery.

Keywords: Archival Description Standart. Brazilian Standards of Archival Description. Guidance for Archival Description.

¹Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Marília), Professor Assistente, Departamento de Ciência da Informação - Universidade Estadual de Londrina

²Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Graduação e Mestrado em História (PUC), Doutora em Ciência da Comunicação (USP). E-mail: telmaccarvalho@marilia.unesp.br

³Professora do Universidad de La Habana, Cuba. Graduação em Bibliotecologia, Mestrado em Documentación (Universidad de Salamanca-USAL) e Doutorado em Bibliotecologia y Documentación (Universidad de Salamanca-USAL). E-mail: duniallp@yahoo.es

⁴NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Disponível: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 10 de Jun. 2016.

⁵ODA – Orientação para Descrição Arquivística – Norma Portuguesa de Descrição Arquivística – Disponível em: <<http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>> . Acesso em: 10 de Jun. 2016.

⁶ISAAR-CPF – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2016.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se pertinente, em princípio, abordar o contexto mais abrangente da sociedade, visando integrar o presente estudo em fatores de interação com o cenário vivenciado diariamente pelo Arquivista. Tendo em vista, a grande exigência de que esse profissional atenda os requisitos essenciais para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias, sempre enquadrando seus princípios e técnicas com as necessidades de seus usuários de informação.

No âmbito das organizações, têm convivido com bruscas e constantes mudanças no seu processo produtivo e de desenvolvimento de seus serviços, o qual se apresenta como uma grande plataforma de desafios e experimentações de antigos princípios e conceitos, antes baseados no universo dos registros físicos tangíveis, passando a enfrentar um ambiente instável, abstrato e sem uma forma fixa e conteúdo estável.

Os padrões para representação da informação registrada, os quais concebidos por organizações com status reconhecidos no mercado, como o próprio Conselho Internacional de Arquivos (CIA⁷), são meios seguros para fundamentar toda e qualquer atividade de estruturação do conhecimento gerado pelas instituições e, conseqüentemente, registrada em documento arquivístico.

As instituições empresariais ou públicas buscam, cada vez mais, as normalizações que permitem a melhoria no desempenho de suas atividades, e por sua vez, cada conjunto de documentos gerado de cada uma dessas atividades, a hierarquia funcional que vincula esses documentos entre si, em cada fase da produção, uso e destinação desses registros do conhecimento organizacional.

Os recursos informacionais que possibilitam a localização e a identificação rápida e eficaz dos documentos mantidos armazenados nos repositórios digitais revelam claramente um campo ainda pouco explorado pelo Arquivista contemporâneo. Nesse contexto, podem-se aprimorar inúmeros estudos e práticas para aproximar o usuário da informação registrada e armazenada nos arquivos, fornecendo subsídios para pesquisas acadêmicas, investigações administrativas para tomada de decisão ou simplesmente para sanar a curiosidade natural do ser humano.

Atualmente já pode-se contar várias organizações públicas responsáveis para custódia de acervos históricos, dentre as quais vêm adotando procedimentos para

⁷Fonte: *International Council on Archives*. Disponível em: <<http://www.ica.org/>>. Acesso em: 01 Abr. 2016.

melhor incluir os documentos e seus metadados⁸ junto das ferramentas de difusão da web, fornecendo desde datas de produção do registro, contexto sobre a produção do documento até a localização do arquivo físico e do acesso remoto ao arquivo digital, inter-relacionando-se com os acervos da mesma instituição bem como com as demais instituições.

O tratamento da documentação e a maior eficiência na identificação e descrição dos metadados referentes aos documentos arquivísticos armazenados nos repositórios digitais têm sido tema de inúmeras pesquisas com o enfoque na preservação do patrimônio documental e a difusão da memória institucional para os cidadãos. A comunidade cada vez mais se conscientiza da importância da busca pelos documentos que registram a história das suas cidades e suas regiões, visando identificar as causas e dificuldades para o progresso nas suas localidades.

Dessa forma, para o desenvolvimento desse projeto foi adotado o método de pesquisa bibliográfica, considerando que se buscou em fontes de informação como livros, artigos e anais de eventos, trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), conteúdos que tratassem sobre o tema de normalização da descrição arquivística. Conceituando o tipo de pesquisa bibliográfica adotada, Gil (2002, p. 44) descreve como aquela que:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para tanto, adotou-se também pesquisa exploratória por necessitar de buscar as informações juntamente ao campo de estudo da Arquivologia, identificando importantes dados que mostrassem do que se trata às normas escolhidas e a análise comparativa entre as mesmas.

A pesquisa exploratória permite maior familiaridade com a problemática a ser trabalhada, com o intuito de torná-lo mais explícito e aprimorar ideias. Esta classificação é bastante flexível de modo que possibilita os mais variados aspectos

⁸Metadados - A *Dublin Core Metadata Initiative* define metadados como: “Conjunto de dados estruturados que identificam os dados de um determinado documento e que podem fornecer informação sobre o modo de descrição, administração, requisitos legais de utilização, funcionalidade técnica, uso e preservação.” (DCMI, 2004 apud RONDINELLI, 2005, p. 62).

relativos ao fato abordado, envolvendo o levantamento bibliográfico na produção da área (GIL, 2002).

O escopo desse trabalho ficou limitado ao estudo comparativo entre as Normas: NOBRADE e ODA. Essas duas normas, contem os elementos para a base de descrição de níveis: nível 0 = acervo da entidade custodiadora; nível 1 = fundo ou coleção; nível 2 = seção; nível 3 = série; nível 4 = dossiê ou processo; nível 5 = item documental. Para contemplar metodologicamente, esse processo do trabalho, utilizou-se de pesquisa qualitativa, considerando que os resultados do estudo comparativo foram analisados para melhor compreensão do âmbito a ser descrito e seus elementos de descrição.

Pode-se citar a importante contribuição em idioma espanhol, fornecida por LLanesPadrón⁹ (2016), no estudo dos processos de normalizações das descrições desenvolvidas em Portugal (ODA) e no Brasil (NOBRADE). No entanto essa autora concentrou-se a analisar em seu trabalho, aqui referenciado, as características gerais e internas apresentadas nas duas normas, envolvendo os aspectos relacionados com os princípios teóricos, as entidades de descrição, os elementos obrigatórios, a estrutura, os conteúdos e a tipologia normativa, por meio da macroestrutura e microestrutura dos níveis e elementos de descrição contidos nas normas, incluindo a ISAD-G.

Enquanto, que no presente artigo comparou os elementos de descrição contidos nas duas normas NOBRADE e ODA, analisando qualitativamente os potenciais a serem melhorados para edições futuras, não envolvendo diretamente a ISAD-G, considerando que as duas normas já se encontram aprovadas e em uso nos seus respectivos países. Incluso da contribuição para a maior disseminação do conhecimento sobre as duas normas juntamente aos países mais interessados, Brasil e Portugal, por meio do conteúdo em língua portuguesa.

Por mais que toda a pesquisa acabe por buscar dados qualitativos para a interação entre as técnicas e conceitos adotados, visando melhor atender as expectativas e gerando a solução para a problemática identificada, ainda assim, é essencial fundamentar esse método. Assim, cita-se Minayo que explica sobre a pesquisa qualitativa que se atenta à particularidade das informações para responder as questões da pesquisa, e assim: “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações,

⁹Fonte: Las normas luso-brasileira de descripción archivística. Dunia LLanes Padrón (2016). Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/4938/3972>>. Acesso em: 26 Ago. 2016.

dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Na sequência, demonstra-se as seções referentes a normalização para descrição arquivística, seguido especificando sobre as duas normas selecionadas para essa pesquisa, primeiramente a NOBRADE, logo após a ODA. Adiante uma seção contendo o estudo comparativo das normas. Na sequência, as considerações finais do estudo seguidas dos referenciais utilizados nesse artigo.

2 NORMALIZAÇÃO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A partir do cenário internacional, já vem atendendo as necessidades de padronização de elementos descritores para documentos por meio da adoção de normas arquivísticas produzidas pelo CIA e por suas comissões, em detrimento para atender essa demanda. Dentre as normas já produzidas e utilizadas pelo CIA, têm-se (Quadro 1):

Quadro 1: Normas internacionais de descrição arquivística

Sigla	Denominação da Norma	Base de Descrição
ISAD-G	Norma Internacional de Descrição Arquivística	Documento Arquivístico
ISAAR-CPF	Norma internacional de Descrição de autoridades	Entidades produtoras, Instituições, Pessoas e famílias
ISDF	Norma internacional de Descrição das funções	Funções e atividades arquivísticas
ISDIAH	Norma internacional de Descrição das Instituições Custodiadoras Arquivísticas	Instituições custodiadoras e mantenedoras arquivísticas

Fonte: adaptado de LlanesPadrón (2011)

Os países por sua vez vem, já há algumas décadas, aprimorando normas de descrição arquivística, observando as especificidades de cada governo, entidades públicas, contexto político, econômico, histórico e cultural de produção do patrimônio documental, bem como as demandas exigidas pela sociedade em relação a informação mantida pelas instituições arquivísticas.

São muitas as normas nacionais de descrição arquivística já desenvolvidas, dentre essas algumas foram usadas como referência para a padronização internacional com o desenvolvimento das normas internacionais de descrição arquivística (ISAD-G, ISAAR-CPF, ISDF, ISDIAH).

As normas nacionais de descrição arquivística foram produzidas para descrever os documentos arquivísticos, tanto em organizações públicas ou privadas, famílias e

pessoas físicas ou para organizações de qualquer outra natureza, seguindo suas particularidades contextuais de seus países, observando as características culturais, históricas, administrativas, políticas e sociais.

Dessa forma, dentre as várias normas nacionais de descrição arquivística já produzidas, enumera-se algumas mais conhecidas para melhor compreender quais países já desenvolveram suas normas e as bases que ambos utilizaram. Essas normas podem ser visualizadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Normas nacionais de descrição arquivística

Sigla	Ano	Denominação da Norma	Bases adotadas	País
APPM	1989	Archives, Personal, Papers or Manuscripts	AACR210	Estados Unidos
ARANOR	2008	Norma Aragonesa para La Descripción de Autoridades de Archivos	ISAAR-CPF	Aragón (Espanha)
DACS	2013	Describing Archives a Content Standard	ISAD-G, ISAAR-CPF	Estados Unidos
EDARA	2010	Estructura de Datos de losArchivos Aragoneses	ISAD-G, ISAAR-CPF	Aragón (Espanha)
IGAD	2009	Irish Guidelines for Archival Description	ISAD-G	Irlanda
MAD	1989	Manual of Archival Description (3ª. ed.)	ISAD-G, ISAAR-CPF, AACR2, EAD11	Gran Bretanha
NEDAI	2001	Norma Española de DescripciónArquivística	ISAD-G, -CPF	Espanha
NEPAN	2010	Norma para laElaboración de losPuntos de Acceso de Nombres de Instituciones, Personas, Familias, Lugares y Materiais em el Sistema de DescripciónArchivística de losArchivosEstatales	ISAAR-CPF	Espanha
NOBRADE	2006	Norma Brasileira de Descrição Arquivística	ISAD-G	Brasil
MDM	2006	Manual de DescripciónMultinivel	ISAD-G, ISAAR-CPF	Espanha
NODAC	2007	Norma de DescripciónArchivística de Cataluña	ISAD-G	Espanha
NOGADA	2007	Norma Galega de DescripciónArchivística	ISAD-G	Galícia
NUDA	2014	Norma Uruguaya de DescripciónArchivística	ISAD-G	Uruguai
ODA	2007	Orientação para Descrição Arquivística	ISAD-G, ISAAR-CPF	Portugal
RCPPCN	1997	Rules for the Construction of Personal, Place and Corporate Names	ISAD-G, ISAAR-CPF	Gran Bretanha
RAD	2008	Rules for ArchivalDescription	ISAD-G, ISAAR-CPF,	Canadá

Fonte: adaptado de LlanesPadrón (2011)

As normas de descrição arquivística são classificadas quanto a sua tipologia, como: normas de estrutura de dados, de conteúdo, de apresentação e de codificação de dados para descrição de documentos arquivísticos (LLANES PADRÓN, 2011). Essa

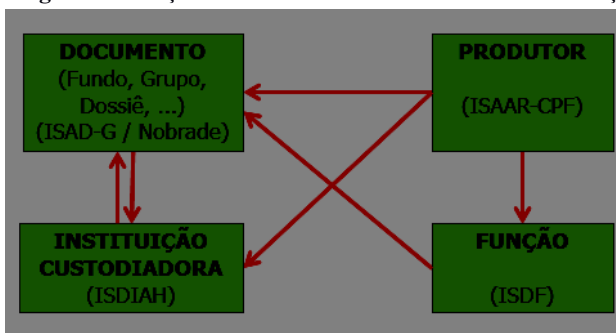
¹⁰Anglo American CataloguingRules. 2ª. Edição.

¹¹EncodedArchivalDescription.

autora trata dessa nomenclatura tendo como base a MAD como uma das únicas normas nacionais que contempla as quatro (04) tipologias.

Contudo também pode-se contar com as normas internacionais de descrição arquivística desenvolvidas pelo CIA, referência para o desenvolvido das normas nacionais citadas no Quadro 2, assim observa-se o diagrama das normas internacionais na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Relação entre as normas internacionais de descrição arquivística



Fonte: adaptado de LlanesPadrón (2011)

Na Figura 1, visualiza-se a relação existente entre as normas internacionais de descrição arquivística, integrando as suas funcionalidades desde a instituição arquivística, como organização acumuladora e custodiadora de documentos pela norma ISDIAH, seguindo da descrição das entidades produtoras de documentos – ISAAR-CPF. A partir disso, também se identifica as funções das instituições produtoras, devidamente descritas pela norma ISDF, seguido da descrição dos próprios documentos arquivísticos, com seus elementos devidamente expostos na estrutura da ISAD-G.

3 NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – NOBRADE

Primeiramente, destacam-se os fundamentos teóricos utilizados pela NOBRADE envolvendo desde princípio de respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD-G, como a Descrição do geral para o particular, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes; a Informação relevante para o nível de descrição, com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; a relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia; a não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

Identifica-se a estrutura geral (partes e elementos) da NOBRADE composta por: oito (08) áreas compreendendo vinte oito (28) elementos de descrição. As áreas de descrição da NOBRADE são as seguintes: área de identificação, área de contextualização, área de conteúdo e estrutura, área de condições de acesso e uso, área de fontes relacionadas, área de notas, área de controle da descrição, área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

Quanto aos níveis de descrições da NOBRADE constam na seguinte ordem: Acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). Ainda são admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

A NOBRADE é tida como de tipologia de norma de estrutura e conteúdo, incluindo ainda, que os seus elementos obrigatórios são: Código de referência, Título, Data(s), Nível de descrição, Dimensão e suporte, Nome(s) do(s) produtor(es), Condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Nessa Norma não se identifica a forma de apresentação dos elementos para formação dos descritores formais para o documento arquivístico, bem como não possui fontes de informações necessárias, tratando de uma limitação da norma, a qual causa uma maior dificuldade do seu uso para a descrição dos documentos.

Na seção seguinte, será mostrado a norma ODA por meio de seus elementos, níveis de descrição e suas características.

4 ORIENTAÇÃO PARA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA – ODA

Para a criação da norma portuguesa ODA foi utilizado como fundamentos teóricos, o princípio da proveniência e o princípio da ordem original. A organização da documentação de arquivo estrutura-se em níveis hierárquicos, relacionados entre si. Os níveis de descrição são determinados pelos níveis de organização. A descrição arquivística aplica-se a toda documentação de arquivo, independentemente da sua forma e suporte; aplica-se a todas as fases de vida da documentação de arquivo, podendo variar apenas os elementos de informação considerados na descrição, e a exaustividade com que são preenchidos; o nome, termo, palavra-chave, expressão ou código utilizado para identificar, pesquisar, ou localizar descrições arquivísticas, o que inclui a descrição da documentação de arquivo e a do respectivo contexto de produção e utilização dos documentos, concretizada nos registos de autoridade arquivística. A descrição

arquivística aplica-se igualmente a toda a documentação de arquivo, independentemente de ser produzida por uma pessoa coletiva, uma pessoa singular ou por uma família.

Segue-se a identificação da estrutura geral (partes e elementos) da ODA, sendo composta por: Orientações gerais; Orientações específicas para níveis de descrição; Fontes de informação; Apresentação da informação e Exclusões.

Nessa norma, identifica-se como entidades e subentidades a serem descritas, envolvendo o nome, termo, palavra-chave, expressão ou código utilizado para identificar, pesquisar, ou localizar descrições arquivísticas, o que inclui a descrição da documentação de arquivo e a do respectivo contexto de produção e utilização dos documentos, concretizada nos registos de autoridade arquivística.

Os níveis de descrição para essa norma portuguesa são formados da seguinte forma: grupo de fundos / fundos / subfundos / grupos / subgrupos / classes / séries / subsérie / dossiê-processo / item documental.

A ODA é considerada como tipologia de norma de estrutura, conteúdo e apresentação. Os seus elementos obrigatórios são formados pelos seguintes itens abaixo: Código de referência, Título, Datas, Nível de descrição, Dimensão e suporte quantidade, volume ou extensão), Nome do Produtor (somente em nível 0), História custodial e arquivística, Fonte imediata de aquisição ou transferência, Âmbito e conteúdo (somente em nível 0), Sistema de organização, Instrumentos de descrição (somente em nível 0), Nota do arquivista (somente em nível 0), Regras ou convenções, Data da descrição.

A ODA apresenta o uso de elementos formais na apresentação das informações e também o uso de fontes de informações.

5 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A NOBRADE E ODA

No cenário arquivístico atual, observa-se que os padrões e normas arquivísticas veem contribuindo para o desenvolvimento de melhores instrumentos de referência e de pesquisa para documentos arquivísticos físicos ou digitais, dentro das organizações públicas ou privadas.

A função de descrição arquivística está altamente vinculada à elaboração e uso de normas de descrição arquivística, principalmente para a elaboração de instrumentos de pesquisa, não tratados nesse artigo. A importância das normas no campo da descrição arquivística refere-se a estrutura dos metadados estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), repassando a cada país somente o compromisso de adequar essa estrutura com as suas particularidades, incluindo um conteúdo, uma

apresentação e uma codificação para melhor representar o conhecimento acumulado nos seus arquivos e permitir uma maior interoperabilidade entre as descrições.

Detalham-se os seus elementos, considerando quais seriam os mais relevantes para a melhor recuperação dos documentos arquivísticos, e os princípios e definições que fornecem embasamento para ambas as normalizações.

Após identificar os elementos para descrição das duas normas, elaborando esse estudo comparativo, observa-se que a principal diferença entre a NOBRADE e a ODA é especificamente a melhor apresentação dos elementos de descrição na norma portuguesa em relação a norma brasileira, constando um maior número de informativos sobre cada campo descritivo, possibilitando uma melhor compreensão sobre o respectivo preenchimento e elaboração do instrumento de pesquisa, permitindo uma maior segurança na recuperação da informação registrada no documento arquivístico físico ou digital.

Incluindo ainda, que a ODA contém a descrição de autoridades arquivísticas ou entidades produtoras, correspondendo a norma ISAAR-CPF, um acréscimo descritivo muito importante, tendo em vista que na NOBRADE consta a aplicação da ISAD-G, com a sua estrutura e conteúdo para a descrição do documento arquivístico, e ainda os pontos de acesso, as quais também constam na ODA.

Dessa forma, após analisado os potenciais descritivos da NOBRADE e da ODA, desenvolveu-se um estudo comparativo entre essas duas importantes normas, observando os seus elementos de descrição, devidamente identificados na análise, visualizada no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Análise comparativa entre as áreas de descrição da NOBRADE e da ODA

Áreas e elementos de descrição	
NOBRADE	ODA
	Parte I - Documentação
Área de identificação	Zona de identificação
Área de contextualização	Zona de contexto
Área de conteúdo e estrutura	Zona de conteúdo e estrutura
Área de condições de acesso e uso	Zona das condições de acesso e utilização
Área de fontes relacionadas	Zona de documentação associada
Área de notas	Zona de notas
Área de controle da descrição	Zona de controle da descrição
Área de pontos de acesso e descrição de assuntos
*Pontos de acesso e indexação de assuntos
.....	Parte II – Autoridades Arquivísticas
.....	*Parte III – Escolhas e Construção de Pontos de Acesso Normalizados

Fonte: Próprio autor

No Quadro 3 acima, identificou-se uma grande diferença entre as duas normas, quanto a suas áreas de descrição, onde desde a área de identificação até a área de

controle de descrição são semelhantes, no entanto, quanto a área de pontos de acesso, onde na NOBRADE consta como uma subárea de descrição, na ODA assume uma nova parte, possibilitando ser ainda mais completa em relação aos seus elementos de descrição para os pontos de acesso. Outra importante diferença é que na NOBRADE não há nenhuma elemento referente a descrição de entidades produtoras (pessoas, famílias ou entidades coletivas), enquanto que na ODA utiliza-se uma parte completa e compatível com a estrutura dos elementos da ISAAR-CPF.

Na Quadro 4, na sequência, apresenta-se a relação entre os elementos de descrição, correspondentes a cada área de descrição visualizada no Quadro 3, acima. Essa comparação permitirá determinar a descrição da unidade descritiva mais claramente e as diferenças entre as duas normas, visando identificar uma norma mais completa para a descrição de documentos.

Quadro 4: Análise comparativa entre os Elementos da NOBRADE e da ODA

Elementos de descrição	
NOBRADE	ODA
Código de referência	Código de referência
Título	Título
Data(s)	Datas
Nível de descrição	Nível de descrição
Dimensão e suporte	Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)
Nome(s) do(s) produtor(es)	Nome do produtor
História administrativa/Biografia	História administrativa / biográfica / familiar
História arquivística	História custodial e arquivística
Procedência	Fonte imediata de aquisição ou transferência
Âmbito e conteúdo	Âmbito e conteúdo
Avaliação, eliminação e temporalidade	Avaliação, selecção e eliminação
Incorporações	Ingressos adicionais
Sistema de arranjo	Sistema de organização
Condições de acesso	Condições de acesso
Condições de reprodução	Condições de reprodução
Idioma	Idioma / Escrita
Características físicas e requisitos técnicos	Características físicas e requisitos técnicos
Instrumentos de pesquisa	Instrumentos de descrição
Existência e localização dos originais	Existência e localização de originais
Existência e localização de cópias	Existência e localização de cópias.
Unidades de descrição relacionadas	Unidades de descrição relacionadas
Nota sobre publicação	Nota de publicação
Notas sobre conservação	Notas
Notas gerais
Nota do arquivista	Nota do arquivista.
Regras ou convenções	Regras ou convenções
Data(s) da(s) descrição(ões)	Data da descrição
....	Parte II – Autoridades Arquivísticas
....	1 - Zona da Identificação
....	Tipo de entidade; Formas autorizadas do nome; Formas paralelas do nome; Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras; Outras formas do nome; Identificadores para pessoas colectivas.
....	2 - Zona da Descrição

....	Datas de existência/atividade; História; Lugares; Estatuto legal; Funções, ocupações, atividades; Mandatos/Fontes de autoridade; Estruturas internas/Genealogia; Contexto geral.
....	3 - Zona das Relações
....	Nome/Identificador da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família relacionada; Tipo de relação; Descrição da relação; Datas da relação.
....	4 - Zona do controlo
....	Identificador do registo de autoridade; Identificadores da instituição; Regras e/ou convenções; Estatuto; Nivel de detalhe; Datas de criação, revisão ou eliminação; Idiomas e escritas; Fontes; Notas de manutenção.
....	5 - Relações das pessoas colectivas, das pessoas singulares e das famílias com a documentação de arquivo e outros recursos
....	Identificadores e títulos dos recursos relacionados; Tipos de recursos relacionados; Natureza das relações; Datas dos recursos relacionados e/ou das relações.
	*Parte III – Escolhas e Construção de Pontos de Acesso Normalizados
Pontos de acesso e indexação de assuntos	Pessoas colectivas; Pessoas Singulares; Famílias; Entidades Geográficas;

Fonte: Próprio autor

O Quadro 4, acima, esclarece que ambas as normas são semelhantes em seus elementos de descrição. Porém, ao visualizar as duas normas na íntegra, observa-se que a ODA tem como tipologia, além da estrutura e conteúdo, sendo norma de apresentação, onde contem informações de como devem ser incluído os metadados nos instrumentos de pesquisa, como deve ser o formato dos elementos, enquanto que a NOBRADE limita-se a apenas ser como tipologia de estrutura e conteúdo, destacando-se que ambas são aplicações da estrutura da ISAD-G.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo pretendeu fornecer subsídios sobre a NOBRADE e a ODA, facilitando futuras proposições de implantação de políticas de descrição arquivística nos cenários brasileiros e português, observando-se as inúmeras dificuldades que se encontram para a recuperação dos documentos arquivísticos nos acervos das organizações, e o limitado número de produções técnicas e científicas disponíveis sobre o assunto para os profissionais de arquivo.

Identificaram-se algumas diferenças e semelhanças por meio de um estudo comparativo entre as normas brasileira e portuguesa, considerando a relevância desses instrumentos como meio para definição de uma estrutura única fundamentada na ISAD-

G, um conteúdo, uma apresentação de dados essenciais aplicáveis, de acordo com as características culturais, históricas e procedimentais de cada país. Os fundos documentais custodiados nos arquivos públicos das duas nações poderão sempre apresentar particularidades próximas observando a influência da colonização portuguesa no Brasil.

Nas áreas e elementos de descrição da NOBRADE observou-se que não contém a estrutura da ISAAR-CPF, limitando a descrição das entidades produtoras dos fundos documentais custodiados nas instituições arquivísticas brasileiras. Na ODA dispõem seus elementos divididos por partes, contendo uma dessas, dedicada a inclusão da estrutura da ISAAR-CPF, o que facilita para o arquivista que atua em instituição arquivística nesse País, elaborar descrições das entidades produtoras a partir do conteúdo e apresentação disponíveis nessa norma.

Recomendar-se-ia que a Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA) formasse uma nova revisão na NOBRADE visando aprimorar e incluir os elementos da ISAAR-CPF, observando a diversidade de acervos pessoais e institucionais que armazenam o conteúdo documental para a preservação da memória do Brasil, como os arquivos da ditadura, exemplificando.

Da mesma forma, pudesse incluir informações e elementos para a apresentação e codificação dos documentos, ampliando a tipologia da NOBRADE, a ser melhor aproveitado para implementação de sistemas informacionais de gestão arquivística de documentos (SIGAD), interoperando em uma rede internacional de acervos custodiadores de documentos arquivísticos, por meio da internet.

A normalização para a descrição arquivística é um recurso fundamental para o trabalho do arquivista, considerando que apresenta os elementos essenciais para o profissional se guiar na busca de informações sobre o fundo, a entidade produtora, a instituição custodiadora e a função que deu origem ao documento de arquivo. Para tanto, que uma norma nacional que contenha os maior número de elementos possível que representam a informação de ambos os contextos, certamente será um instrumento de trabalho que dará grande auxílio para a elaboração de instrumentos de pesquisa como o guia, o inventário e o catálogo.

REFERENCIAIS

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. CANADIAN COMMITTEE ON ARCHIVAL DESCRIPTION – *Rules for archival description*. 2nd ed. [s.l.]: CCA, 2004. Disponível em: <<http://www.cdncouncilarchives.ca/rad2.html>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

_____. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; no 50). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

_____. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; nº 52). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/ISDF%20ATUAL.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

_____. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; n. 54). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/ISDF%20ATUAL.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007. 325 p. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf. Acesso em: 15 Mar. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LLANES PADRÓN, Dunia **La Representación normalizada de los documentos**. Estudio comparado de normas de descripción archivística. Dunia Llanes Padrón; dirigida por Manuela Moro Cabero, José Luis Bonal Zazo. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011. 766 p.

_____. Las Normas Luso-Brasileira de Descripción Archivística. Revista Brazilian Journal of Information Science. **Online**. Universidade Estadual Paulista V. 10, N. 1. 2016. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4938>>. Acesso em:
01 Set. 2016. DOI:<<http://dx.doi.org/10.5016/10.5016/1981-16>>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade.
Petrópolis: Vozes, 1994.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**.
2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.